

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA INCLUSÃO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES DE UM MUNICÍPIO CEARENSE

Joabe Araújo de Oliveira¹, Universidade Estadual do Ceará
Giovana Maria Belém Falcão², Universidade Estadual do Ceará
Eixo Temático 5: Formação de Professores

RESUMO

O presente escrito trata-se de uma investigação realizada em Iguatu, cidade localizada no centro-sul do estado do Ceará. O estudo é resultado de Projeto de Iniciação Científica, desenvolvido em uma universidade pública estadual, que teve por objetivo investigar sobre a formação continuada para inclusão no referido município. A investigação, em tela, busca responder as seguintes indagações: Como tem acontecido a formação para inclusão no município? Como a formação tem contribuído para a atuação docente diante dos alunos com necessidades educacionais especiais? Para tanto, delineou-se como objetivo deste escrito, compreender como vem ocorrendo a formação continuada de professores para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas da rede municipal de Iguatu e se esta vem contribuindo para uma prática inclusiva por parte dos docentes. Apoiando-se numa perspectiva qualitativa, ouviu-se por meio de questionários, sete professores, de cinco escolas de Ensino Fundamental. Em função do período de isolamento social, que acontece devido a pandemia do COVID 19, o envio dos questionários ocorreu por via *e-mail*. Os resultados revelam que as oportunidades de formação para inclusão, oferecidas aos professores pelo poder público do município de Iguatu são mínimas, evidenciando fragilidades no que se refere a formação para uma atuação inclusiva. Essa realidade tem levando os docentes a buscar, de forma espontânea, cursos sobre a educação inclusiva, e, conforme os participantes, tais formações, têm auxiliado, de forma significativa, na elaboração de metodologias a serem vivenciadas junto aos alunos com deficiências. O estudo aponta para a necessidade de maior investimento em formação continuada para inclusão, por parte do município investigado, afinal, pensar em uma escola que contemple a todos os estudantes exige, dentre outros aspectos, formação específica que subsidie uma prática docente inclusiva.

Palavras-Chaves: Formação Continuada. Educação Inclusiva. Professor da Educação Básica.

¹ Aluno de Graduação em Pedagogia pela FECLI-UECE, <joabaraoli@gmail.com>

² Professora do Curso de Pedagogia da FECLI-UECE, <giovana.falcao@uece.br>

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores é uma temática que vem sendo bastante discutida desde os anos de 1990. É consenso entre os autores que se dedicam a estudar o assunto, que para favorecer um ensino significativo nas escolas públicas, é necessário pensar em uma formação docente consistente, no que se refere aos aspectos teóricos, mas além disso, ela deve favorecer a reflexão sobre a prática e o desenvolvimento em seu sentido mais amplo. O educador português Antônio Nóvoa (1995) aponta que a preparação para o magistério não se constitui apenas de acumulação de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através da reflexão crítica de suas práticas e da (re) construção contínua da identidade pessoal, dessa forma, o autor enfatiza a relevância de investir na pessoa e em suas experiências.

Em relação a formação para a educação inclusiva, embora se reconheça a importância da formação para uma atuação docente numa perspectiva inclusiva, muitas são as fragilidades que envolvem os processos formativos, tanto em relação a formação inicial, como no que se refere a formação continuada.

Os estudos apontam que muitos cursos de licenciatura, abordam sobre a questão da inclusão de maneira incipiente, fato que pode acarretar insegurança na prática docente. Martins (2012) confirma a assertiva, ao afirmar que,

Muitas instituições de ensino superior não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e /ou conteúdos relativos ao tema [educação para alunos com necessidades educacionais especiais] nos seus cursos de licenciatura, enquanto que outras o fazem de maneira precária, através da oferta de disciplina eletiva, ou com carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada. (P. 30).

Sendo assim, a educação inclusiva torna-se um assunto esporádico na formação inicial, e a formação continuada nem sempre acontece como deveria, havendo pouco investimento para os professores da sala de aula comum. Sobre o assunto, Grassi (2008) explica que “o docente que atua no ensino regular e que não recebeu em seu curso de formação conhecimentos sobre

necessidades especiais, não discutiu criticamente a inclusão, as políticas públicas para inclusão, precisa receber formação continuada” (2008, p. 20).

A escola inclusiva exige mudanças intensas e desse modo, a formação docente aparece como importante aspecto para a construção de uma escola inclusiva. Aranha (2000, p. 08) aponta a necessidade de preparar os professores, no sentido de se prover suporte técnico, didático e pedagógico, argumentando que “só assim se obterá um fazer apoiado no saber e uma construção de conhecimentos originada no fazer”. É preciso, pois, pensar numa formação que vá além de conteúdos técnicos e que promova de fato mudanças paradigmáticas e culturais, possibilitando que o professor desenvolva uma atuação crítica e consciente, que valorize, considere e respeite a diversidade.

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por intuito compreender a formação para inclusão no município de Iguatu. Buscamos responder as seguintes perguntas: Como tem acontecido a formação para inclusão no município? Como a formação tem contribuído para a atuação docente diante dos alunos com necessidades educacionais especiais? Dessa forma, traçamos como objetivo principal desse escrito, compreender como vem ocorrendo a formação de professores para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas da rede municipal de Iguatu e se esta vem contribuindo para uma atuação inclusiva.

A relevância desse estudo baseia-se no fato de que, embora existam muitos estudos que abordem essa temática, ela precisa ser refletida de forma mais específica. No município investigado, no entanto, existe uma quase total ausência de informações empíricas sobre o assunto, o que reforça a necessidade de realizar um trabalho investigativo deste caráter, que poderá subsidiar informações para as ações formativas destinadas aos docentes. O estudo também poderá contribuir para se pensar em elementos que possibilitem uma atuação mais inclusiva, não somente neste contexto investigado, mas em contextos mais amplos.

O texto que segue, apresenta o percurso metodológico vivenciado na pesquisa; uma discussão teórica sobre a formação continuada; os resultados obtidos e as conclusões do estudo.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho investigativo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, que segundo Stake (2011), significa que as informações coletadas se baseiam principalmente na percepção e na compreensão humana, logo certificamos que os dados obtidos não possuem elementos estatísticos, mas procuram entender o comportamento humano e suas atividades; conseqüentemente, o estudo assume um caráter exploratório pois “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Para a produção dos dados foram elaborados dois questionários, o primeiro contendo perguntas sobre o perfil dos participantes e as experiências com alunos de inclusão; e o segundo, buscava obter informações mais diretas sobre as formações realizadas pelos professores no que diz respeito da educação inclusiva.

Em função do período de isolamento social, que acontece devido a pandemia do COVID 19, o envio dos questionários ocorreu por via *e-mail*. Enviamos o instrumental para um grupo de 28 professores de escolas públicas, que exerciam suas funções nas séries iniciais do Ensino Fundamental I, de cinco instituições diferentes, no entanto, apenas sete professores se disponibilizaram a participar da investigação, sendo estes de três escolas distintas. Para garantir o anonimato das unidades de ensino e dos participantes, iremos identificar as escolas da seguinte forma: Escola A, Escola B e Escola C. Os professores serão identificados por pseudônimos.

Para sintetizar as informações, elaboramos duas tabelas com as respostas obtidas por meio dos questionários, a produção deste recurso também serviu para analisarmos as informações sistematicamente. A partir das informações obtidas, emergiram duas categorias a serem discutidas: As ações formativas no município e Formação e prática docente.

A seguir apresentamos o referencial teórico que norteou o estudo, dando seguimento, apresentamos a análise dos dados produzidos e, por último, trazemos as considerações como conclusões desse estudo.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO UM MEIO DE REFLEXÃO PARA A ATUAÇÃO DOCENTE

A escola pública desde os anos 1990, vem se tornando cada vez mais inclusiva, expandindo seu acesso a todos os alunos, dentre eles os que possuem algum tipo de deficiência, esse fenômeno se apoia em movimentos e declarações internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos, em Jontiel, em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994. O Brasil é signatário dessas declarações, sendo assim, os documentos normativos que regem o nosso sistema educacional, se basearam, fortemente, no que as conferências defendiam.

Essas mudanças passaram a exigir um novo olhar para formação docente, que agora deve considerar a diversidade em detrimento da homogeneidade. Contudo, com o aumento do número de matrículas de educandos com necessidades educacionais especiais, a sala de aula ganhou um público com diversas características, demandando que a escola se prepare para atender as diversas necessidades. Neste sentido a formação de professores aparece como uma necessidade na efetivação da escola inclusiva, sendo imprescindível que o professor da sala comum esteja preparado para atender as necessidades de todas as crianças, inclusive àqueles com alguma deficiência.

Sobre a formação para a inclusão, Grassi (2008) destaca que os conhecimentos a respeito das deficiências, inclusão e práticas pedagógicas para alunos com necessidades educacionais especiais, aparecem como exigência na legislação brasileira, desse modo, reconhecemos ser direito do professor receber suporte teórico eficaz que o possibilite trabalhar com esses discentes.

No entanto, é comum ouvir os professores relatando que não se sentem preparados para atuar com os alunos com deficiência e fazem referência a fragilidade em seus processos formativos. Assim, o sentimento de incapacidade por parte do professor, pode estar relacionado a lacunas deixadas pela formação, tanto a inicial quanto a continuada (PIMENTEL, 2012).

Entretanto, por mais que a formação inicial procure atender as demandas educacionais impostas ao ambiente escolar, ela não será capaz de preparar o professor para todos os problemas que poderão surgir, é nessa perspectiva que identificamos que a formação deve acontecer de forma contínua. Porém, é importante entendermos que não é qualquer formação que dá conta de temática tão complexa. Sobre a formação continuada Capellini e Mendes (2007) explicam:

O objetivo central da formação continuada deve ser o de desenvolver um educador pesquisador que tenha, primeiramente, uma atitude cotidiana de reflexividade da sua prática, que busque compreender os processos de aprendizagem e desenvolvimento de seus alunos e que vá construindo autonomia na interpretação da realidade e dos saberes presentes no seu fazer pedagógico (2007, p. 115-116).

Para os autores, a formação continuada favorece a reflexão contínua das ações que ocorrem dentro da sala de aula, sendo assim, a formação continuada precisa possibilitar caminhos para que o professor possa refletir e reinventar as suas práticas.

Jesus e Effgen (2012) reforçam essa ideia, afirmando que a formação continuada “deve ter como foco as diferentes situações que constituem o ato educativo, a análise das práticas docentes e a criação de espaços para a

reflexão coletiva” (2012, p. 17). Santos (2015) também concorda com esse pensamento, para ele:

[...] a formação continuada do professor deve contemplar processos coletivos de reflexão crítica que ajudem a compreender as contradições inscritas na realização do direito à educação concretizada pela instituição escolar, ao passo que exige a criação de mecanismos que permitam o enfrentamento das limitações decorrentes de sua estrutura historicamente excludente (2015, p. 3595).

Como vimos, diversos autores apoiam a ideia de que a formação continuada é um espaço para refletir sobre o trabalho docente. Diante das inúmeras dificuldades que o professor enfrenta no seu cotidiano escolar, se faz necessário espaços que propiciem reflexões e discussões, a fim de possibilitar o enfrentamento dos desafios postos no exercício da profissão.

Vale acrescentar que, esse processo reflexivo deve acontecer coletivamente, os professores, juntamente com outros profissionais da educação, precisam buscar medidas que visem aprimorar o funcionamento da escola; Capellini e Mendes (2007), citando Pimenta (1999), afirmam que o educador não consegue repensar em sua atuação sozinho, o que torna então indispensável uma discussão em grupo.

A formação continuada é, portanto, uma oportunidade para refletir sobre as práticas docentes, e esta é relevante devido aos obstáculos que o professor enfrenta em seu trabalho, devendo acontecer em todo o seu percurso profissional. Apresentamos, a seguir, como a formação continuada têm ocorrido na cidade de Iguatu-CE, embasado nos depoimentos coletados por meio dos nossos respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de iniciarmos a discussão, é importante apresentarmos alguns aspectos do perfil dos nossos respondentes. Entre os sete participantes, dois deles atuam na Escola A, três na Escola B e dois na Escola C. Os participantes têm

de 07 a 23 anos de experiência no magistério, portanto, podemos dizer que todos são experientes como professores.

Os professores atuam nas séries iniciais do o Ensino Fundamental, no entanto, nem todos os docentes são licenciados em Pedagogia, curso que habilita ao magistério nesse nível da educação básica. Dois dos participantes têm licenciatura em Ciências Biológicas e um deles em História.

Apesar dos diferentes tempos de experiência, todos possuem vínculo empregatício efetivo, exceto Sebastião, da Escola C. Uma outra questão relevante, é que independente do tempo na docência, os sete professores informaram que têm em suas salas de aula alunos com necessidades educacionais especiais.

Acerca dos seus interesses e formações na educação inclusiva, como já referido, as respostas foram organizadas em duas categorias: As ações formativas no município e Formação e prática docente. Nos tópicos a seguir discutiremos, de forma mais detalhada, acerca de cada um desses assuntos.

4.1 As Ações Formativas no Município

Ao serem indagados se haviam participado de formações voltadas para a inclusão de estudantes com deficiência, os respondentes afirmaram que haviam participado, porém, apenas um deles obteve por meio de ações direcionadas pela secretaria de educação do município, os demais enfatizaram terem adquirido voluntariamente. O participante não lembra do curso que realizou pelo município e também não mencionou a carga horária, explicitando que talvez o curso não tenha se apresentado tão relevante em sua formação. Outro professor mencionou que realizou um curso de LIBRAS, ofertado pelo município, porém ele buscou a formação de forma espontânea.

As informações coletadas revelaram o interesse por parte dos professores em conhecer mais sobre a educação inclusiva, contudo, a procura espontânea por esses cursos também pode estar relacionada ao número reduzido de formações específicas relacionadas à temática da inclusão ofertadas pela gestão municipal.

Sabemos que, a formação continuada é um direito do educador, garantido pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN/1996), cujo em seu art. 62, parágrafo 1, estabelece como dever da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, em regime de colaboração, disponibilizarem a formação inicial, continuada e capacitação de profissionais do magistério (BRASIL, 1996). O decreto nº 7.611, em 2011, acrescenta em seu art. 5 que a União é responsável em prestar apoio técnico e financeiro ao Distrito Federal, Estados e Municípios; o parágrafo 2 do mesmo artigo, esclarece em seus incisos as ações contempladas por esse suporte, dentre elas, os Incisos III e IV, prever a formação continuada de professores e gestores na perspectiva da educação inclusiva (BRASIL, 2011). Como se observa, a formação continuada para a atuação junto a alunos com necessidades educacionais especiais, é um direito constituído pela legislação, e esta deve ser efetuada de forma colaborativa pelos poderes públicos, Grassi (2008) defende essa posição, segundo ela:

É de fundamental importância que as políticas públicas considerem primordial a oferta de programas de capacitação e formação continuada de professores para atuação no ensino regular frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, cabendo ao sistema público de ensino garantir e prover essa capacitação e não ao professor procurar por ela (2008, p. 22).

Conforme a autora destaca, é incumbência dos sistemas públicos assegurar essas formações. No entanto, a partir das respostas dos questionários, constatamos que isso não vem acontecendo no município investigado, pois quase todos os professores procuraram por conta própria cursos de especialização na área. Os dados apontam a necessidade de maiores investimentos por parte do município que atendam a essa demanda e que visem ampliar a qualidade de ensino dos professores frente aos alunos com deficiências.

Quando questionada sobre quais aspectos das formações poderiam ser aprimoradas, a professora Letícia deixou esse fato ainda mais evidente, pois em seu relato, ela declarou: “Só consegui fazer a minha formação em EAD (Educação a Distância) gostaria de mais oferta de aulas presenciais”. A expressão da docente demonstra que as oportunidades de cursar uma especialização presencial na referida cidade são mínimas, desse modo, torna-se notório a carência de mais intervenções políticas que solucionem esse problema.

Outra questão que investigamos, se refere a avaliação que fazem das formações que participaram, buscando entender se as temáticas abordadas têm contribuído em suas práticas junto aos alunos público da educação especial e o que pode melhorar nessas formações.

De acordo com as respostas de Joyce e Joana, um elemento negligenciado nesses encontros são as especificidades dos alunos com deficiência. Segundo Joana, o que ocorre, diversas vezes, é a discussão a respeito da inclusão de forma geral, deixando de tratar das individualidades.

[...] Geralmente, quando acontece alguma formação, o assunto é autismo ou inclusão de modo geral. Porém, o que vemos diariamente nas escolas são crianças com diferentes tipos de deficiência, cada uma com suas especificidades e desafios. Certamente, falar de inclusão de forma global e fazer formações sobre, é muito importante, mas mais do que isso tratar das individualidades, das várias deficiências é necessário – Joana, Escola B.

Em seu depoimento, Joyce apresenta seu ponto de vista semelhante ao da professora Joana, conforme ela: “Seria interessante se fossem direcionadas para as deficiências dos nossos alunos para aquele ano. Assim poderíamos iniciar o ano letivo sabendo por onde realizar o nosso trabalho da melhor forma possível”. Para a professora, os conteúdos deviam ser ainda mais específicos em relação aos educandos com necessidades educacionais especiais de suas turmas, para cada ano letivo.

Observa-se que, obter mais informações sobre as deficiências e encontrar métodos para superar as dificuldades de aprendizagem têm sido o principal foco dessas educadoras; Nozi e Vitaliano (2012), em seu levantamento bibliográfico, afirmam que estudos têm certificado de que é uma necessidade do professor conhecer as deficiências, as singularidades, as dificuldades e as potencialidades dos seus alunos. Os encontros formativos poderiam ser um meio oportuno para auxiliá-los nessa aprendizagem.

Além dos cursos pontuais, as trocas de experiências e as discussões coletivas sobre as dificuldades existentes em cada realidade, podem ser um outro recurso fundamental para a construção de novos saberes, contudo, tanto as instituições educacionais, como a gestão municipal, demonstraram não contribuir para a realização de reuniões com esse objetivo.

4.2 Formação e prática docente

Apesar da precariedade de cursos referentes a educação inclusiva ofertados pelo município, as formações realizadas por esses profissionais têm contribuído de alguma forma em suas práticas docente. Por meio dos questionários aplicados, procuramos verificar como esses conteúdos têm favorecido o desempenho desses professores na atuação com alunos com necessidades educacionais especiais.

Para Edite, os conhecimentos obtidos lhe auxiliaram no uso de novas metodologias, na elaboração dos planejamentos das aulas, na própria prática pedagógica, adaptando as atividades conforme as deficiências dos seus educandos, e no modo como avalia esses alunos. Na mesma perspectiva, Letícia, informa que sua maneira de planejar se tornou mais diversificada, para atender as dificuldades existentes de seus discentes.

Como se percebe, a formação continuada tem ampliado as possibilidades metodológicas dessas professoras no processo de aprendizagem dos seus alunos com deficiências. O pensamento de Grassi (2008) corrobora com esta

ideia, quando explica que os encontros formativos “devem assegurar que os professores estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais” (2008, p.3).

Além disso, esses novos saberes podem proporcionar ao docente, mais segurança em sua atuação em sala de aula, como Sebastião bem expressou:

Essas formações dão um reflexo positivo no momento da atuação, pois contribuem com a abertura de fronteiras para o conhecimento e novos entendimentos sobre os alunos com deficiência. Visto que, as formações trazem particularidades das deficiências que o profissional encontrará ao longo do caminho, bem como tratar e agir em determinada particularidade, contribuindo assim com a capacidade de trabalho - Sebastião, Escola C.

De acordo com Pimentel (2012), a ausência de uma formação específica desperta no professor uma sensação de impotência, de não saber lidar ou agir diante das diferenças trazidas para escola pelos alunos da educação especial. Portanto, como Sebastião enfatiza, através dos momentos formativos, o educador se sente mais preparado para a tarefa, pois quando se conhece melhor as especificidades das deficiências, facilita a elaboração de estratégias a serem utilizadas para cada realidade.

A formação continuada se revela imprescindível para que os docentes possam expandir seus saberes sobre a atuação junto aos estudantes com deficiência, e assim, atender as suas individualidades e especificidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada se apresenta como importante veículo na promoção do exercício da reflexão sobre a prática docente. Em vista disso, certificamos a relevância desses momentos formativos, pois o professor é um profissional que precisa repensar sobre sua atuação, para encontrar meios de atender as

especificidades nos processos de aprendizagens dos seus educandos, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais.

Ao buscarmos entender como a formação continuada para a inclusão vem acontecendo no município de Iguatu, os participantes revelaram, por meio de questionário, que as ações formativas do município têm sido incipientes, levando os professores a buscarem, de forma espontânea, esse tipo de formação por reconhecerem a necessidade de conhecimento nessa área, tendo em vista que todos têm alunos com deficiência em suas salas de aula.

Além do número reduzido de formações ofertadas pelo município, conforme os investigados, os conteúdos das formações, que buscam de forma espontânea, nem sempre, atendem às necessidades em sala de aula. No entanto, reconhecem que as formações têm auxiliado, de forma significativa, na elaboração de metodologias a serem vivenciadas junto aos alunos com deficiências.

As falas dos professores evidenciam fragilidades no que se refere a formação para uma atuação inclusiva no município de Iguatu, indicando a necessidade de maior investimento no processo formativo desses professores, que deve acontecer de forma contínua. Pensar em uma escola que contemple a todos os estudantes exige, dentre outros aspectos, formação específica que subsidie uma prática docente inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: Manzini, E. J. **Educação Especial: temas atuais**. Marília, SP: Unesp: Marília-Publicações, 2000, p. 01-09.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 novembro de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, 20 de dezembro de 1996.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O Ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Revista de Educação Educere et Educare**. Vol. 2. n° 4. Jul/set. 2007. p. 113-128.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6° ed. Editora Atlas. São Paulo: SP, 2008.

GRASSI, T. M. **A Inclusão e os desafios para a formação de docentes: Uma reflexão necessária**. Curitiba: SEED-PR/UFPR, 2008.

JESUS, D. M., EFFGEN, A. P. S. Formação Docente e Práticas Pedagógicas. In.: MIRANDA, T. G., FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. 1ª ed. EDUFBA, Salvador: BA. 2012. p. 17-26.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a Formação de Professores com vistas à Educação Inclusiva. In.: MIRANDA, T. G., FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. 1ª ed. EDUFBA, Salvador: BA. 2012. P. 25-38.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote-Instituto Inovação Educacional, 1995. p. 15-53.

NOZI, G. S. VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista de Educação Especial**. v. 25, n. 43, p. 333-348. Maio/ago. 2012

PIMENTEL, S. C. Formação de Professores para a Inclusão: Saberes necessários e percursos formativos. In.: MIRANDA, T. G., FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. 1ª ed. EDUFBA, Salvador: BA. 2012. P. 139-154.

SANTOS, G. C. S. Formação continuada para professores para Educação Inclusiva: Análise de um curso de pós-graduação. In: III congresso nacional de formação de professores, 2015, águas de Lindoia - SP. **Anais III congresso nacional de formação de professores (CNPf) e XII congresso estadual paulista de formação de educadores (CEPFE)**. São Paulo: UNESP, 2015. v. 3.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso. Porto Alegre: RS, 2011.